

O Programa Cidadão Profissional e a Nova PNATER na Busca pelo Desenvolvimento Rural Sustentável

MESQUITA, Adriano Oliveira. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural / FUNDAÇÃO TERRA, adriano-mesquita@hotmail.com; CUNHA, Flávio Degásperi da. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural / EMATER – PR, flaviodacunha@emater.pr.gov.br; MICHELLON, Ednaldo. Universidade Estadual de Maringá / UEM, emichellon@uem.br.

Resumo

O texto aborda a experiência do Programa Cidadão Profissional – Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER/UEM, ocorrida no ano de 2006/2007 nos municípios de Cruzeiro do Sul e Paranacity, no noroeste do estado do Paraná – Brasil. O Programa seguiu as diretrizes da Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e utilizou-se dos princípios da Agroecologia como ferramenta orientadora da ação extensionista. O trabalho baseou-se em metodologias participativas de extensão rural como reuniões técnicas, grupos de troca de experiências e excursões. Foram atendidas 65 famílias. Os resultados alcançados mostram que os agricultores avançam no processo de transição agroecológica quando existe uma ação direcionada para esse processo, o que torna evidente a importância do Estado e das políticas públicas na construção do desenvolvimento sustentável no meio rural.

Palavras-chave: Extensão rural, transição agroecológica, agroecologia.

Contexto

A extensão rural como instituição pública, nos moldes como a conhecemos hoje é um dos resultados da chamada revolução agrícola moderna. O processo de modernização da agricultura, ocorrido principalmente a partir dos anos 50, desvalorizou os processos naturais e biológicos e priorizou a automecânica, os adubos minerais e os agrotóxicos. Esse pacote tecnológico elevou sobremaneira a produtividade das culturas, porém gerou incontáveis problemas ambientais, dentre os quais se pode citar: o declínio da produtividade agrícola pela degradação do solo; erosão e perda de matéria orgânica; degradação dos recursos naturais pela poluição através de agrotóxicos e fertilizantes, com efeitos maléficos a plantas, animais, rios e solos; contaminação de alimentos e trabalhadores rurais; aumento da resistência de pragas e doenças; compactação, desertificação e salinização de solos; perda da autonomia do produtor rural, tornando-se dependente da indústria, o que provocou uma grande diminuição da renda do agricultor ao longo dos anos (CAPORAL, 2003).

A Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (SAF/MDA) foi construída no ano de 2003 de forma participativa e nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da “Revolução Verde” e dos problemas evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER baseados na “*Teoria da Difusão de Inovações*”. Essa política veio para contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Entre os pilares fundamentais que sustentam a PNATER, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques do gênero, de geração de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas (MDA, 2004).

Diante do imperativo da questão de preservação ambiental e da crescente demanda da sociedade por modelos de desenvolvimento sustentáveis, evidencia-se a necessidade de mudanças no modelo convencional de agricultura. Todavia, para serem efetivas, tais mudanças devem ocorrer mediante um processo de transformação que trabalhe de forma contínua e

Resumos do VI CBA e II CLAA

permanente as pessoas e os sistemas produtivos, num processo de construção participativa, capaz de incluir as pessoas nos processos decisórios. Este processo “gradual e multilinear de mudança”, na forma de manejo dos agroecossistemas, visando a implantação de estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, através de um processo social, ou seja, da intervenção humana definida pelo conceito de “transição agroecológica” (CAPORAL E COSTABEBER, 2007).

Baseado nestes princípios, através do Programa Cidadão Profissional, iniciou-se um trabalho de assistência técnica e extensão rural nos municípios de Cruzeiro do Sul e Paranacity, região noroeste do estado do Paraná, Brasil.

O objetivo principal do Programa Cidadão Profissional – ATER/UEM foi propiciar a alunos recém-formados de diversas áreas, atuação e aperfeiçoamento em Extensão Rural, implementando ações na linha da Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.

Entre os objetivos específicos do programa estavam: incentivar e viabilizar a organização dos produtores, disseminar práticas de manejos sustentáveis no contexto rural, a melhoria na gestão das propriedades; o desenvolvimento de processos educativos para a formação de competências e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das famílias de agricultores.

Descrição da Experiência

O Programa Cidadão Profissional – Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER/UEM foi o resultado de uma articulação de entidades ligadas ao desenvolvimento do meio rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, Fundação Araucária, Universidade estadual de Maringá - UEM e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Este trabalho foi desenvolvido no território da AMUSEP¹, nos municípios de Cruzeiro do Sul e Paranacity, Estado do Paraná, Brasil. O trabalho iniciou-se em setembro de 2006 e teve duração de um ano e cinco meses, período durante o qual foram realizadas atividades com ênfase nas diretrizes da Nova PNATER e nos princípios da Agroecologia, como ferramenta orientadora da intervenção extensionista.

A experiência não se restringiu ao atendimento aos agricultores, e permitiu a vivência das dificuldades enfrentadas pelos extensionistas nas questões ligadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Parcerias firmadas durante o desenvolvimento das atividades foram fundamentais para o andamento do trabalho. As ações integradas entre as Prefeituras Municipais, a Universidade Estadual de Maringá, Associação Alternativa Pé-na-Terra – AAPT, de produtores orgânicos, SENAR-PR e Instituto Emater, foram decisivas na condução dos trabalhos.

Inicialmente realizou-se um diagnóstico, baseado na metodologia do diagnóstico rural participativo - DRP, para levantamento da realidade local. Num segundo momento realizaram-se reuniões técnicas em grupos de troca de experiência com os produtores envolvidos, onde foram discutidos temas estratégicos: efeito dos agrotóxicos no ecossistema; o manejo de olerícolas em ambiente protegido a partir dos princípios da Agroecologia; técnicas de controle alternativo de pragas e doenças; o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável; a segurança alimentar, a participação dos jovens e das mulheres nos processos de tomada de decisão das

¹ AMUSEP: Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense.

Resumos do VI CBA e II CLAA

propriedades. Também foram realizadas reuniões práticas para aprendizado e consolidação de técnicas ecológicas, como a confecção de caldas fertiprotetoras e extratos de plantas; fabricação de biofertilizantes e compostagem. Aliado as reuniões foram realizadas excursões a feiras de produtos orgânicos e a propriedades já certificadas como orgânicas em outros municípios, onde os produtores puderam discutir as dificuldades enfrentadas no processo de conversão daquelas propriedades.

Resultados

Os principais resultados alcançados relacionam-se a introdução dos princípios da Agroecologia e do uso de tecnologias de base ecológica pelo grupo de agricultores dos municípios trabalhados, envolvendo 65 famílias, dando início a um processo de transição agroecológica.

Entre as práticas que passaram a ser adotadas estão a adubação orgânica (compostagem e adubação verde) (Figuras 1 e 2), a utilização de extratos fitoterápicos, caldas fitoprotetoras e biofertilizantes (Figura 3) e o aumento e preservação da biodiversidade nas propriedades.

Alguns produtores em processo de certificação para o sistema orgânico iniciaram um trabalho de conscientização dos consumidores na feira do produtor local, através de cartazes informativos que orientavam aos consumidores sobre o conceito de produto orgânico e dos benefícios do consumo desses alimentos. Os produtos vendidos na feira eram diferenciados e identificados como “Produtos sem uso de agrotóxicos”. (Figura 4).



FIGURA 1. Montagem de pilha de composto

FIGURA 2. Adubação verde em rotação orgânico de culturas dentro de estufa.

A implementação destas práticas promoveu a redução dos custos de produção das atividades através da utilização de insumos alternativos próprios, como esterco, adubos verdes, plantas medicinais além da melhoria do processo de gestão das propriedades com o fortalecimento das relações interpessoais, através do trabalho cooperativo e a inserção dos jovens e das mulheres dentro do grupo.

A dedicação exclusiva do extensionista, permitida pelo programa, possibilitou uma intensificação das ações exigidas para o processo de transição. Esse contato continuado com os produtores mostrou-se como fundamental para a conscientização do grupo e para adoção dos novos princípios de produção.

Durante o período do Programa foram realizadas 2 excursões, 24 reuniões de grupos, 10 palestras técnicas e 200 visitas técnicas. Das 65 famílias envolvidas no processo de transição, 12

Resumos do VI CBA e II CLAA

famílias entraram em processo de certificação para o sistema orgânico através do Instituto Biodinâmico – IBD de Botucatu – SP.



FIGURA 3. Elaboração de biofertilizante. FIGURA 4. Comercialização de produtos em “conversão”, venda direta ao consumidor

O Programa aumentou a efetividade do atendimento dos órgãos oficiais de Ater nos municípios, permitindo potencializar os resultados do trabalho de extensão no território.

Entretanto, a sua não continuidade enfraqueceu o processo de transição agroecológico, fazendo com que alguns produtores se desestimulassem pela falta de acompanhamento técnico especializado, o que torna evidente a importância do estado e das políticas públicas para a construção de novas ações direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Referências

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *“Agroecologia: alguns conceitos e princípios”*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. 24p.

CAPORAL, F.R. *Bases para uma nova ATER pública*. Imprensa oficial, 2003. Disponível em: www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf. Acesso: 20 ago. 2009.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*: Imprensa oficial, 2004. Disponível em: www.mda.gov.br/saf/arquivos/0705910903.pdf. Acesso: 22 mai. 2009.